Matrícula Funcional: 9991682

Recurso(s):

Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa	Valor
03092123745090000	0101000000	339030	200.00
03092123745090000	0101000000	339036	200.00

Observação: O SUPRIDO DEVERÁ UTILIZAR O RECURSO NO PRAZO DE 60 DIAS, A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DO VALOR, DE ACORDO COM O INCISO VIII, DA PORTARIA Nº 1154/2006-PGJ, E A PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVERÁ SER APRESENTADA EM 10 DIAS, SUBSEQUENTES, APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE APLICAÇÃO, NOS TERMOS DO INCISO IX.

Ordenador: ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 162114

PORTARIA: 3908/2010-PG

Objetivo: REALIZAR INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA E AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Fundamento Legal: ART. 117 DA L.C.E. Nº 057/2006.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

TUCURUI/PA - Brasil<br

Servidor(es):

601985/UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL (CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) / 1.5 diárias (Completa) / de 27/09/2010 a 28/09/2010<br

Ordenador: ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

SUPRIMENTO DE FUNDO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 162116

PORTARIA: 3909/2010-PG

Prazo para Aplicação (em dias): 60

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10

Servidor: WAGNER ARAGÃO SALES

Cargo: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

Matrícula Funcional: 999544

Recurso(s):

Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa	Valor
03092123745090000	0101000000	339033	1,000.00

Observação: O SUPRIDO DEVERÁ UTILIZAR O RECURSO NO PRAZO DE 60 DIAS, A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DO VALOR, DE ACORDO COM O INCISO VIII, DA PORTARIA Nº 1154/2006-PGJ, E A PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVERÁ SER APRESENTADA EM 10 DIAS, SUBSEQUENTES, APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE APLICAÇÃO, NOS TERMOS DO INCISO IX.

Ordenador: ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

PORTARIA Nº 01/2010/MP/2ª PJR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 162452

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por intermédio da 2.ª Promotora de Justiça em exercício, EXMA. SRA, JANE CLEIDE SILVA SOUZA, com atribuições na comarca de Conceição do Araguaia, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 8º da Lei n.º 7.347/85 (LACP), no artigo 25, IV, "a", "b", e 26, I e V da Lei nº 8.625, de 12.02.93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); no artigo 54, I, "a", "b", "c" e "d" da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006, nos princípios e diretrizes ditados pela Lei nº 9.784/99; e demais legislações especiais de qualquer forma aplicáveis;

CONSIDERANDO que o Centro de Recuperação Regional de Redenção não possui espaço adequado para o cumprimento de pena no regime semi-aberto por presas femininas, sendo a estrutura atual inadequada;

CONSIDERANDO que as presas que se encontram em regime semi-aberto, após a decisão judicial de concessão de progressão, continuam de fato em regime fechado, sendo submetidas a condições desumanas, em celas pequenas, superlotadas, em ambientes insalubres;

CONSIDERANDO que a falta de estrutura adequada ao regime de cumprimento de pena, cria uma situação anômala que macula direitos das presas;

CONSIDERANDO que em visitas de rotina realizadas no CRRR o Ministério Público constatou a patente violação de direitos das presas;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, por força do que dispõe o artigo 127 da Constituição da República, possui a relevante missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que em função de norma constitucional prevista no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, foi conferida ao Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que nessa seara, insere-se a defesa dos direitos fundamentais arrolados no artigo 5º da Carta Magna ou dispersos pelo texto constitucional, como o direito à vida e a

não ser submetido a tratamento desumano e degradante; CONSIDERANDO que o artigo 67 da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execuções Penais - LEP) incumbiu ao Ministério Público fiscalizar a execução da pena;

CONSIDERANDO a urgência que o caso requer e a necessidade de se apurar a omissão do Estado do Pará em relação à inadequação do espaço de cumprimento da pena por presas femininas, bem como garantir a dignidade das presas;

RESOLVE:

Instaurar o presente Inquérito Civil Público 01/2010-MP /2.ª PJR, determinando, independente de outras diligências a serem tomadas:

1. autue-se a presente portaria;
2. registre-se o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO em livro próprio;
3. nomeie o servidor OSANA DA SILVA NUNES como secretária;
4. remeta-se cópia da presente portaria de instauração do presente inquérito civil ao Procurador-Geral de Justiça, nos termos do artigo 19, "a" da Instrução nº 04/91-PGJ, ao Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Constitucionais, Difusos e Coletivos, nos termos do artigo 5º da PORTARIA Nº 610/96-PGJ, artigo 12 da PORTARIA Nº 610/96-PGJ e do artigo 12 da PORTARIA Nº 582/03-PGJ;
5. solicite à Vigilância Sanitária que seja realizada inspeção, verificando as condições ambientais nos aspectos físicos e biológicos, que eventualmente caracterizem insalubridade do local nas celas femininas;
6. solicite à Secretaria Municipal de Obras que seja realizada inspeção na Delegacia local, quanto à estrutura física - instalações elétricas, hidráulicas e prediais nas celas
7. junte cópia de todos os ofícios recebidos pelo Ministério Público relatando as condições do espaço der cumprimento das presas femininas no CRRR;
8. junte cópia de todos os ofícios encaminhados pelo Ministério Público, requerendo providências em relação ao CRRR;
9. Expeça-se memorando as técnicas do Ministério Público para façam averiguação in loco, e elaborem relatório conclusivo quanto às condições de cumprimento das presas no espaço em que se encontram, bem como quanto ao reflexo da falta de espaço adequado ao cumprimento das presas em regime semi-aberto no que se refere aos objetivos do cumprimento da pena;
10. após, voltem-nos conclusos para posteriores deliberações.

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMpra-SE.

GABINETE DA 2.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Redenção-Pará, aos 18 de agosto de 2010.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA

Promotora de Justiça

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 162453

PORTARIA Nº XLI/2010-MP/1ªPJ/DC/PP

O 1º Promotor de Justiça titular da Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público da Capital, no desempenho de suas atribuições legais,

Considerando o contido nos autos de procedimento administrativo preparatório nº 172/2007 MP/PJ/DC/PP, que apura possíveis irregularidades em processo licitatório para prestação de serviços técnicos de manutenção do parque de refrigeração da Assembléia Legislativa do Estado;

Considerando ainda a expiração do prazo para conclusão do procedimento administrativo preparatório;

Considerando o previsto no artigo 129, III, da Constituição Federal, no que couber, nos artigos 8º e 9º da Lei nº 7.347/85; no art. 25, IV, "a", "b" e 26, I e V da Lei nº 8.625/93; no art. 54, I, "a", "b", "c" e "d" da Lei Complementar nº 057 de 6 de julho de 2006; bem como a resolução nº 003/2000, do Colégio de Procuradores de Justiça e demais legislações especiais de qualquer forma aplicáveis;

RESOLVE instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, com a conversão do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PREPARATÓRIO nº 172/2007 MP/PJ/DC/PP, com objetivo de apurar possíveis violações a artigos da lei nº 8.429/92, promovendo a coleta de outras informações para a posterior instauração de Ação Civil Pública, Ação de Responsabilidade por Improbidade Administrativa ou arquivamento das peças de informação, nos termos da lei.

Comunique-se aos Exmo. Dr. Procurador Geral de Justiça e a Exma. Dra. Corregedora-Geral de Justiça, e ao Centro de Apoio Operacional acerca da instauração deste Inquérito Civil Público, para os efeitos estatísticos e outros fins adequados;

- 1) Considerando a existência do servidor público Jean Matias Aviz Alvarez, Auxiliar de Administração junto a esta Promotoria, nomeie por medida de estilo, para servir como secretário deste feito;
- 2) Registre-se em livro próprio desta Promotoria de Justiça;
- 3) Retornem os autos oportunamente a esta presidência, para ulteriores deliberações

REGISTRADA E PUBLICADA, CUMpra-SE.

Belém(PA), 01 de junho de 2010

MARIA DA GRAÇAS CORRÊA CUNHA

1ª Promotora de Justiça de Direitos Constitucionais e do Patrimônio Público

PORTARIA Nº 05/2010-MP/PJSFX

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 162454

O Ministério Público do Estado do Pará, através de seu órgão que este subscreve, com fulcro nos arts. 129, incisos VI e IX da Constituição Federal de 1988; art. 201, inciso VI da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); art. 26 da Lei Federal nº 8.625/93; art. 182, IX da Constituição do Estado do Pará e art. 2º; incisos I a V da Lei Complementar Estadual nº 057/2006; art. 8º; e art. 2º §§ 4º a 7º da Resolução nº 23/2007 do CNMP e

CONSIDERANDO: que é fundamento da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana, na forma do art. 1º, inciso III da CF/88;

CONSIDERANDO: Que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO: Que na defesa dos direitos da criança e do adolescente é prerrogativa do Ministério Público a instauração de procedimentos administrativos, podendo, para instruí-los, expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil ou militar, requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas, entre outras atribuições;

CONSIDERANDO: Que através do Ofício nº 132/2010-1ªPJX o 1º Promotor de Justiça de Xinguara-PA deu conhecimento a esta Promotoria da circunstância de abrigamento de quatro menores em entidade de atendimento deste Município em virtude da omissão quantos aos deveres decorrentes do poder familiar de sua genitora cujo nome é "Odete", que seria dependente química e estaria explorando economicamente os filhos para a manutenção do vício;

CONSIDERANDO: Que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes;

CONSIDERANDO: Que a avó paterna dos menores, Sra. Luzia Bandeira Matos manifestou perante a 1ª Promotoria de Xinguara - PA interesse em ter-lhes a guarda;

CONSIDERANDO: Que o Ministério Público possui legitimidade extraordinária para ação judicial versando sobre descumprimento dos deveres assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente conforme art. 201 do mesmo diploma legal, bem como instaurar procedimentos administrativos para apuração de infrações aos dispositivos de proteção à criança e ao adolescente;

RESOLVE:

Instaurar o presente Procedimento Administrativo Preparatório, visando a apurar a situação fática relativa aos menores J. P. dos S. T. P. dos S., V. P. dos S. e G. P. dos S., com a finalidade de coletar informações, depoimentos, custódia, perícias e demais diligências para posterior instauração de ações judiciais ou arquivamento das peças de informação, nos termos da lei, para tanto desde logo determinando:

I - Como diligência inicial, a expedição de ofício ao Conselho Tutelar Municipal de São Félix do Xingu, requisitando relatório da situação dos menores e das providências adotadas que resultaram na medida de abrigo, inclusive com a justificativa a que alude o parágrafo único do art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, com recomendação para que seja adotado o procedimento preceituado no dispositivo legal nos casos vindouros;

II - A designação do Sr. Marcus Vinícius Brito Nascimento, servidor do Ministério Público do Estado do Pará, para exercer as funções de Secretário do presente Procedimento Administrativo Preliminar, mediante compromisso formalizado nos termos dos autos;

III - A fixação da presente portaria no *hall* de entrada deste órgão a fim de que tenha publicidade suficiente e produza os efeitos do art. 6º da Lei Federal 7.347/85;

IV - O registro e autuação da presente Portaria, conforme a ordem seqüencial mantida nesta promotoria, arquivando-se cópia no livro próprio, encaminhamento de cópia da presente à Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria-Geral do Ministério Público e Centro de Atendimento Operacional respectivo;

AUTUE-SE. REGISTRE-SE. CUMpra-SE.

São Félix do Xingu, 13 de agosto de 2010.

PAULO IGOR BARRA NASCIMENTO

Promotor de Justiça de São Félix do Xingu

CONTINUA NO CADERNO 3